

LEONARDO MOSE NETO

ANC p2

CORREIO BRAZILIENSE

## A chance de Sarney

29 MAI 1988

Alguns ministros do presidente Sarney já não estão apreensivos com a perspectiva do mandato de cinco anos, mas tão-somente com o extrato biográfico a que terão direito depois de concluída a fase da transição. Se o Chefe do Governo mantiver sua atual postura de não intervir com decisão e autoridade para mudar os fatores da desobediência administrativa dos escalões intermediários da máquina federal, certamente não obterá sucesso para justificar os cinco anos de mandato, e ainda contribuirá para emprestar à biografia dos ministros um pano de fundo em tons cinzas.

Esses ministros, uns por delicadeza, outros por lealdade ao Presidente que se confunde com voto de silêncio diante de fatos que deveriam ser comunicados imediatamente ao Chefe do Governo, esperam ardentemente que Sarney passe a executar um autêntico plano, de administração legítima, e não um simples complemento de obra de transição. A diferença envolve tibieza e falta crônica de decisão: a continuar tais fatores, nada terá mudado e tudo servirá de argumento para execrar o quinquênio conquistado.

Para compensar o esforço que representará ter vencido os cinco anos — uma verdadeira batalha campal a que se entregaram, muitos deles anonimamente, transferindo os louros das vitórias de cooptação de constituintes ao Palácio do Planalto — esses ministros não irão querer continuar na mesma linha da transitoriedade administrativa. Ao contrário, deverão manifestar ao Presidente da República a necessidade de uma conduta governista mais afirmativa, já que muitos deles desejam seguir carreira política, com muitas frentes de batalha a enfrentar. Só para citar dois: os ministros Renato Archer e José Reinaldo Tavares acalentam o sonho de se candidata-

rem à Câmara dos Deputados pelo Maranhão. Vários outros querem o mesmo por seus respectivos estados.

Se tal não ocorrer, e se persistir o atual estado de múltiplas injunções à tomada de posição final do poder, o que acontecerá será a perda de contato dos ministros políticos com suas bases. Aumentará, conseqüentemente, a pressão sobre o Presidente da República para indicação de ministros de Estado para os tribunais superiores, o que parece estar formigando na epiderme da Justiça e do Trabalho. Vai ser preciso criar muitas vagas de ministro para abrigar tantas autoridades descompensadas do prestígio estadual, e nacional.

A solução, portanto, está em governar, o que de resto é bem prático e simples. Basta ao Presidente transpor a síndrome que o persegue desde 15 de março de 85, o que ocorrerá agora, quando estará inteiramente livre dos partidos e dos tutores políticos, para poder organizar o governo que bem entender. Não mais deverão ser argüidas pressões de grupos, e ordens militares. Nada impedirá o Presidente da República de demonstrar o que o poder civil tem de bom, e eficaz.

Nem o deputado Ulysses Guimarães poderá ser inculcado por continuar a oferecer um cone de sombra à imagem do Presidente da República, depois dos cinco anos. Votado o mandato, o Dr. Ulysses tranqüilamente se aquietará no seu canto, provavelmente com sua reeleição para a presidência da Câmara. Tranqüilizado o poder político, silentes os quartéis, cabe ao Poder Executivo governar o País para a definitiva incorporação do estado de direito, com a eleição presidencial de 89. Vai ser necessário ter um estadista no Planalto. Sarney terá sua chance.

29 MAI 1988